

ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO PROCESSO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS E PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Angela Hess Gumieiro¹

1. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Resumo

O objetivo do trabalho foi analisar as ações de formação continuada destinada aos professores de língua portuguesa do ensino fundamental de um município situado na Grande Dourados/MS na articulação entre a Secretaria de Educação, escolas e professores, diante do processo de planejamento, implementação e avaliação.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, pautado na coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, legislação e *corpus* teórico sobre a temática da formação continuada de professores.

Assim sendo, as análises apontaram para a necessidade de vivências no âmbito das escolas que ampliem a participação dos envolvidos na formação continuada, principalmente os professores, possibilitando assim uma política de formação em serviço que promova o desenvolvimento profissional docente e possibilite uma maior autonomia profissional.

Palavras-chave: Formação contínua; formação em serviço; contexto municipal.

Introdução

Neste trabalho centramos na análise das ações que constituem o processo de formação continuada de professores de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental de um município situado na Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, no desvelar das formas de planejamento, implementação e avaliação das ações formativas e na análise das relações estabelecidas no processo entre a Secretaria Municipal de Educação, escolas e professores de língua portuguesa.

A formação continuada pode ser concebida como sendo o conjunto de atividades desenvolvidas pelos professores em exercício com objetivo formativo, realizadas individualmente ou em grupo, visando tanto ao desenvolvimento pessoal como ao profissional, na direção de prepará-los para a realização de suas atuais tarefas ou outras novas que se coloquem. A formação continuada dos professores de língua portuguesa se apresenta desafiadora, pois conforme Aparício (2001), devemos admitir que as discussões relativas ao processo de formação continuada devem partir de uma reflexão sobre a prática e envolvimento dos professores nesse processo.

Destacamos a importância da participação de todos os envolvidos na formação continuada, como um meio de se assegurar uma gestão democrática e a articulação pensada e refletida entre a Secretaria de Educação, escolas e professores, diante do processo de planejamento, implementação e avaliação das ações formativas, possibilitando o envolvimento de todos profissionais no processo de tomada de decisões.

Diante das colocações acima expostas, o trabalho tem os seguintes objetivos: analisar as ações que constituem o processo de formação continuada de professores de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental, diante das formas de planejamento, implementação e avaliação. E, investigar as articulações estabelecidas no processo entre a Secretaria Municipal de Educação, escolas e professores de língua portuguesa.

Metodologia

Evidenciamos a importância de delinear um caminho que nos conduziisse ao alcance dos objetivos propostos. Em termos metodológicos, caracterizamos o estudo como de natureza qualitativa. Para Bogdan e Biklen (1994), o fato de se pretender recolher dados no ambiente em que as ações ocorrem, descrever as situações vividas pelos participantes e interpretar os significados que estes lhes atribuem, justifica a realização de uma abordagem qualitativa.

O trabalho tem como campo empírico a rede municipal de ensino de um município da Grande Dourados. Participaram a Secretaria de Educação do município e as três unidades escolares situadas na zona urbana, tendo como interlocutores da pesquisa os professores de língua portuguesa da rede municipal, as coordenadoras pedagógicas do ensino fundamental e uma gestora responsável pela formação continuada de professores. Optamos pela não identificação do mesmo por constituir-se em um dos 12 municípios de pequeno porte que compõe a região da Grande Dourados e, a partir dos primeiros contatos, percebemos que a não identificação propiciaria uma maior liberdade de reflexão e expressão por parte dos mesmos.

O *corpus* documental consta da legislação vigente, enfatizando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9.394/96, que trata sobre formação continuada no Artigo 61, Inciso I; no Artigo 67, Inciso II e no Artigo 87, as Metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de

professores da Educação Básica, as DCNs do Curso de Graduação em Letras, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre outros. E os documentos referentes ao município investigado, como os registros existentes sobre as ações da Secretaria Municipal de Educação do Município, o Plano Municipal de Educação, o Referencial Curricular da Educação Básica do município e as propostas pedagógicas das unidades escolares envolvidas. O *corpus* teórico consta do levantamento bibliográfico acerca da formação continuada de professores, em que foram selecionadas obras e autores específicos da área e também publicações em periódicos científicos.

A entrevista semiestruturada, baseada em Szymanski (2004), foi usada de forma que pudemos realizar a coleta de dados, dos fatos e discursos que permitiram, a partir de um processo reflexivo e de um aprofundamento teórico, das questões que permeiam o percurso das ações da formação continuada na rede municipal de educação. As entrevistas com a gestora, com as coordenadoras e com os professores foram realizadas individualmente, em espaço e horário previamente agendado.

Para o tratamento dos dados, foi adotado a análise de conteúdo, que compreende

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores, quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 42).

O emprego da análise de conteúdo permitiu tratar os dados para além da simples descrição do conteúdo e, ainda, remeter aos saberes que os mesmos suscitarão após exaustiva análise de questões, que podem emergir da sociologia, da economia, da educação, da psicologia, entre outros (FRANCO, 2005).

Resultados e Discussão

No cruzamento dos dados da Secretaria Municipal de Educação com as informações das entrevistas realizadas e do *corpus* teórico, pudemos constatar quanto à modalidade de formação continuada oferecida pela Secretaria contém a prevalência do que Pérez Gómez (1995) intitulou de racionalidade técnica. Diversos estudos apontam que, no cenário educacional dos últimos anos, as ações de formação continuada têm sido desenvolvidas em cursos rápidos, palestras, encontros esporádicos, treinamentos, entre outros, fora do contexto escolar (NÓVOA, 1992; CANDAU, 1996).

A gestora responsável pela formação continuada diz que o planejamento das ações tem sido discutido pela equipe pedagógica da Secretaria de Educação, normalmente no início do ano e que são implementadas através de parcerias com o MEC e outros profissionais para realização das ações. Constatamos que o planejamento, ou seja, as decisões sobre as ações formativas são tomadas por um pequeno grupo de profissionais, o que, nos permite dizer que sua concepção não é negociada com os professores. Ao questionar os professores de língua portuguesa sobre como são organizadas as ações de formação continuada, percebemos o pouco que esses professores sabem a respeito do processo de organização da formação continuada, o que nos permite apontar que não fazem parte desse processo do planejamento.

Segundo Libâneo (2004), a organização e a gestão de ações adquirem distintos significados para os atores escolares que compõem a equipe de acordo com a concepção que se tenham dos objetivos da educação. Há que se construir consensos não apenas na formulação do planejamento curricular, mas também na projeção, implementação e avaliação das ações formativas. Na análise das entrevistas confirmamos que o planejamento da formação continuada segue a concepção técnico-científica de escola como posta por Libâneo (2004), em que as decisões vêm de cima para baixo e basta cumprir um plano previamente elaborado, sem a participação dos demais interessados no processo.

Numa concepção democrático-participativa, de acordo com Libâneo (2004) o processo de tomada de decisões dá-se coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discutir e deliberar, em uma relação de colaboração, acentuando a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos.

Contreras (2002) discute a ideia da autonomia profissional como uma demanda dos docentes para obter mais espaços de independência em suas decisões e menos controle burocrático por parte das administrações públicas. Para o autor lutar pela autonomia não é apenas uma exigência trabalhista pelo bem dos funcionários, o é também pelo bem da própria educação. Sendo assim, o professor é autônomo não só por ser capaz de autorregular sua ação, decidir sua participação em cursos e escolher os horários para estudo, mas também quando orienta seu aprendizado por meio de uma análise crítica de suas práticas e dos resultados.

Constatamos com as falas das coordenadoras das escolas uma desorganização nesse aspecto das relações estabelecidas no planejamento da formação continuada, por não terem critérios norteadores, se limitando somente em aspectos secundários do processo, como a organização de horário, por exemplo. Não notamos a existência de uma abertura para detectar o que realmente seria

importante para o desenvolvimento dos professores e da própria escola.

A preocupação da escola e sua participação no processo de implementação da formação continuada nesse caso ainda é pensada mais em manter e acompanhar o que é proposto pela Secretaria Municipal de Educação. Percebemos, pois, a importância de se pensar em processos de formação mais flexíveis, em que, sem descuidar-se dos conhecimentos práticos e teóricos a adquirir, o fazer e o pensar dos professores sejam tomados como ponto de partida para discussões e reflexões, constituindo-se em ancoragem para a aquisição de novos conhecimentos e procedimentos de ensino mais eficientes do ponto de vista do ensinar e do aprender. Isto implica considerar os professores como profissionais que possuem e constroem saberes, e não apenas como meros executores de propostas elaboradas por outros.

Estes professores demonstraram preocupação com o ensino e com sua prática pedagógica, avançando para a perspectiva prática da formação continuada. Podemos afirmar que na fala da gestora há uma contradição, pois em um momento apresenta a importância de saber as necessidades dos professores, mas como observamos anteriormente, o professor não participa do processo de planejamento das ações formativas no município. É importante observar que num processo democrático faz-se necessário uma “negociação de sentidos” (ALARCÃO, 2001).

Assim, o projeto formativo deve explicitar os consensos dos diferentes olhares e necessidades dos segmentos envolvidos. Convém esclarecer a expressão “necessidades docentes”, que segundo Rodrigues e Esteves (2003) são consideradas carências ou lacunas deixadas pela formação inicial, que devem ser devidamente preenchidas pela formação continuada, visando à eficácia da sua prática e à realização pessoal e profissional. Raramente, as necessidades são identificadas pelos próprios professores, ao contrário, são supostas pelos elaboradores dos programas de formação.

Podemos dizer que, a partir da avaliação das ações formativas no município investigado, pouco têm contribuído com a possibilidade de reflexão da organização e gestão da formação continuada, pois o ponto de vista dos professores não é levado em conta para a utilização e o aprimoramento das ações que permitiriam definir metas a curto e em longo prazo para serem alcançadas com os processos formativos. E também de identificar os pontos positivos a serem ressaltados e os negativos a serem melhorados.

Conclusões

A formação continuada é caracterizada na rede municipal de ensino pela promoção de atividades pontuais com data, local e temática previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sem contar com a efetiva participação das escolas e dos professores, não favorecendo à autonomia nem a democratização da vida escolar.

É importante que a formação continuada promova um espaço de escuta e de diálogo com os professores, no sentido de aproximar as ações formativas das suas necessidades, de inserir a formação no contexto de sala de aula, usando os problemas advindos dessa instância como eixo norteador para os demais temas, assim contribuirá mais para tornar as ações formativas mais significativas para os docentes.

O resultado deste estudo revela que a participação nas ações de formação continuada merece ser revista e priorizada no planejamento da Secretaria Municipal de Educação a fim de garantir a participação de todos envolvidos na definição dos rumos da formação continuada de professores de língua portuguesa, para que esta adquira sentido para os que dela participam e possa se configurar como uma política de intervenção para a melhoria da prática pedagógica.

É preciso que gestores e professores reflitam criticamente sobre a formação continuada e que os processos avaliativos dessas ações formativas sejam olhados para a identificação de demandas de formação, em que os professores possam colocar as dificuldades que encontram no exercício profissional, haja vista que essas informações são fundamentais para o planejamento e redimensionamento das ações formativas, o que poderá dar mais legitimidade e possibilidade de sucesso.

Diante do trabalho exposto, pode-se concluir que os apontamentos direcionam para a necessidade de vivências mais democráticas, pois as ações relacionadas ao planejamento, implementação e avaliação do processo de formação continuada no âmbito investigado, não foram vivenciadas de forma articulada entre a Secretaria de Educação, escolas e professores, não gerando compromissos no sentido da melhoria na participação e autonomia. Acentuamos a necessidade de se dar ênfase as relações humanas e a participação de todos os envolvidos no processo de formação continuada, para que se obtenha êxito nos objetivos específicos propostos.

Referências bibliográficas

ALARCÃO, I. (Org.). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

APARÍCIO, A. S. M. As ações didático-discursivas do professor para a construção e manutenção dos tópicos em aula de gramática. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p. 181-199.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto, 1994.

CANDAU, V. M. F. A formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline de M. R.; MIZUKAMI, M. da G. N. (Orgs). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org). **Gestão democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRANCO, M. L. P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Líber livro, 2005.

GARCÍA, C. M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 51-76.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Alternativa, 2004.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 93-114.

RODRIGUES, A.; ESTEVES, M. **A análise de necessidades na formação de professores**. 4ª ed. Portugal: Porto, 2003.

SZYMANSKI, H. (Org). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, Plano, 2004.